estruturadas de forma ordenada quase que formando um manual de lógica, segundo o exemplo de Bochenski.

3.2 A sintaxe

"Os elementos do discurso são as vinte e quatro letras. "Letras" porém podem possuir três significados: a letra em si, o sinal (caráter) da letra e seu nome, ex: alfa... A voz (foné) se distingue da locução (lexis) enquanto um simples som é voz, e somente um som articulado é locução. A locução se distingue do discurso, porque o discurso possui um sentido, enquanto o que não tem sentido pode ser locução, ex: "blitiri" - que não é um discurso". (11).

"Uma proposição é o que é verdadeiro ou falso, ou também uma entidade (pragma) completa, que manifesta tudo o que lhe pertence, como por exemplo: "é dia", "Dion Passeia". É chamada axioma porque ou é aprovada (axiústai) ou rejeitada. De fato quem afirma: "é dia", parece admitir que seja dia; e se for dia o axioma é verdadeiro; mas se não for, é falso. Axioma, pergunta, informação, ordem, juramento, desejo, exortação, alocução e coisas semelhantes a um axioma são todos diferentes entre si" (12).

"Entre os axiomas, alguns são simples, outros não... são simples os que consistem num axioma não repetido, como por exemplo: "é dia". Não simples são aqueles que são formados por um axioma repetido, como por exemplo: "se é dia", "é dia", ou por mais de um axioma, como por exemplo: "se é dia, há luz". (13).

"Entre os axiomas simples, alguns são definidos, outros indefinidos, outros ainda, intermediários. Definidos são os que são referenciais, como por exemplo: "este homem passeia", "este homem está sentado" - eles se referem a um sujeito determinado. Indefinidos são aqueles cuja parte mais importante (sujeito) é ocupado por uma expressão indefinida por exemplo: "alguém está sentado". Intermediários são os do tipo "um homem está sentado", ou "Sócrates passeia"... (14).

3.3 As modalidades

"Possível" pode ser também predicado do que é possível no sentido de Diodoro, isto é, do que é ou será. Ele de fato julgava ser 'possível' somente o que é agora ou será. Segundo ele é possível que eu esteja em Corinto se eu estou alí ou se nunca estarei lá; e no caso em que nunca eu estarei lá, não seria possível. É possível que um menino se torne um gramático, se nunca se tornará. Para demonstrar isto, Diodoro inventou o assim chamado argumento vitorioso (Kyriénon). (15).

"O problema do argumento vitorioso parece ter sido origem das seguintes considerações. Porque as seguintes tres considerações são incompatíveis: tudo o que é verdadeiro no passado é necessário; o impossível não segue do possível; é possível, o que não é e nem será verdadeiro. Diodoro, comparando esta incompatibilidade com a maior cadência das primeiras duas, tirou a conclusão que nada é possível que não seja ou nem será verdadeiro" (18).

Estes dois últimos textos mostram uma interessante tentativa de reduzir a necessidade e a possibilidade à simples existência com a ajuda de variáveis temporais. P é possível se e somente se P é verdadeiro agora ou será verdadeiro no futuro, mesmo não sabendo entender quais os motivos pelos quais as três proposições são incompatíveis.

3.4 Operadores (Conectivos)

Os estóicos pesquisaram bastante a fundo os principais conectivos entre proposições, conseguindo construir a lógica de modo não só formal, mas formalistico.

3.4.1 Negação

São chamadas negativas as proposições ante das quais é colocada a negação. (17).

"Entre os axiomas simples existem: o negativo, o negante e o primitivo. Um exemplo do negativo é: não é dia. Um caso particular deste é o hipernegativo. O hipernegativo é a negação do negativo, como por exemplo: - não, não é dia. Isto põe que "é dia". O

negante é constituído por uma negação indeterminada e por um predicado, como por exemplo: "ninguém passeia" (18).

(Claríssima a regra da dupla negação: não - não P se e somente se P).

3.4.2 Implicação

"Até os urubús gritam nos telhados quais as implicações ' corretas". (18).

"Filon dizia que a proposição correta (implicativa) é verdadeira, quando não acontece que comece com o verdadeiro e termine com o falso. Na opinião dele, existem tres modos de se obter' uma implicação verdadeira e só um para obter uma relação falsa. De fato, se se inicia com a verdadeira e termina com a verdade, a implicação é verdadeira, como por exemplo: "se é dia, há luz"; ' quando se começa com o falso e se termina com o falso, é também' verdadeira, como por exemplo: "se a terra voa, tem asas"; analogamente que começa com o falso e termina com o verdadeiro, como' por exemplo: se a terra voa, então existe. É falso somente quando, começando com uma verdade, termina com uma falsidade, como ' por exemplo "se é dia, é noite"; de fato, quando é dia a proposição"é dia" é verdadeira e é o antecedente e a proposição "é noite" é falsa, a este era o consequente. (19).

Temos aqui, apenas em disposição diferente, a tabela da verdade da lógica moderna. Contudo, mesmo entre os estóicos, existem outros que explicam a implicação de modo diferente.

"Diodoro diz que a implicação é verdadeira, quando começa' com a verdade e não poderia e nem pode terminar com o falso. Isto contradiz a opinião de Filon. De fato: a proposição se é dia eu converso, é verdadeira segundo Filon, no caso que seja dia e eu converse, pois começa com a proposição verdadeira "é dia" e termina com a verdadeira "eu converso". Segundo Diodoro ela é contudo falsa se num dado momento, ela começar com a proposição verdadeira "é dia" e terminar com a proposição falsa " eu converso" no caso em que eu fiquei calado... e antes que ele começasse a ' conversar, ele iniciasse com uma proposição verdadeira e termina

va com a proposição falsa "eu converso" (20).

3.4.3 Disjunção

Hoje em dia são admitidos dois tipos de disjunção, sendo um incluido no outro: o "ou exclusivo" e "ou inclusivo". O primeiro, seria representável em latim pelo "aut... aut..." e o segundo pelo "vel". A anotação moderna representa simbolicamente o segundo' no sinal "v" (que lembra vel) e o primeiro fica incuido neste através de fórmulas explicativas por exemplo: $(p \vee q) \wedge \sim(p \wedge q)$ que significa: uma coisa ou outra e não as duas ao mesmo tempo.

Os estóicos, segundo os textos que nos chegaram, conheceram ambos os tipos, mas a formulação não é nada clara.

"A disjunção é constituída de opostos, por exemplo: as afirmações que existem provas e que não existem provas... De fato, ' porque toda disjunção é verdadeira se contem verdade e porque uma das contraditórias é evidentemente verdadeira, devemos concluir ' que a proposição assim formada é verdadeira" (21.)

"Existe uma outra proposição que os gregos chamam "diezeugménon axíoma" e nós chamamos "disjunto". É do tipo: "o prazer é ' bom ou mau, ou ainda não é nem bom nem mau". Ora todos os disjuntos são mutuamente incompatíveis e seus opostos; que os gregos ' chamam "antikeimena", devem ser mutuamente contrários. De todos os disjuntos, um será verdadeiro e os outros falsos. Quando porém nenhum é verdadeiro, ou todos ou mais de um são verdadeiros ou ainda quando os opostos não são mutuamente tais, então o disjunto será falso". (22).

3.4.4 Conjunção

"O que os gregos chamavam "sumpeplegménon" nós chamamos ' 'coniunctum' (conjunção) ou 'copulatum'. É da seguinte maneira: "Públio Scipião, filho de Paulo, foi duas vezes consul e teve um triunfo e foi censor e foi colega de Lúcio Múmio no censorato". Em toda proposição conjuntiva o todo é considerado falso no caso em que uma das proposições seja falsa, mesmo se as outras são verdadeiras. De fato se eu completasse a tudo aquilo que verdadeiramen

te disse de Públio Scipião: "e venceu Aníbal na África", que é fal so, então toda conjunção que a inclua seria falsa pois esta última é uma afirmação falsa e todas são afirmadas contemporaneamente."

3.4.5 Equivalência

O conceito de equivalência é bem diferente do da igualdade. No segundo, tudo deve coincidir entre as duas ou mais coisas, en quanto que com equivalência entendemos somente que o resultado pos sui o mesmo valor. Assim, duas sentenças são equivalentes se pos - suirem o mesmo resultado. Uma verdade, qualquer que seja, equivale a outra, assim como uma falsidade equivale a outra. Neste sentido, os estóicos usaram a equivalência, pois sentenças com conectivos ' diferentes se equivalem como é bem explicado no texto que segue.

"A premissa disjunta é equivalente à seguinte: se não é dia, é noite" (23).

Em termos modernos, seria $(p \Rightarrow q) \Leftrightarrow (\neg p \vee q)$ quer dizer: q segue completamente de p se e somente se, não p ou q.

3.5 Argumentos

Depois de examinadas as proposições com os conectivos e su as soluções eis os argumentos. Os argumentos são esquemas consti - tuídos de proposições, chamadas premissas, que apoiam uma ulterior proposição chamada conclusão. É importante sublinhar que um argu - mento não é verdadeiro ou falso, mas somente válido ou inválido, ' conclusivo ou não.

"Um argumento é um sistema constituído de premissas e con- clusão. As premissas são as proposições aceitadas para a demonstra ção da conclusão, a conclusão é a proposição demonstrada a partir' das premissas. Por exemplo: no seguinte argumento: "Se é dia, há luz; mas é dia, então há luz", "há luz" é a conclusão e as outras' proposições são premissas." (24).

"Alguns argumentos são conclusivos, outros, não conclusi - vos. São conclusivos quando a proposição implicativa que inicia com a conjunção das premissas do argumento e termina com a conclusão, é

verdadeira. Por exemplo: o argumento citado antes é conclusivo, ' porque da conjunção de suas premissas "se é dia, há luz" e "é dia", segue "há luz" na proposição implicativa: "se: é dia e: se é dia ' há luz", então há luz". Não conclusivos são os argumentos não construidos desta forma". (25).

Estes dois textos são extremamente importantes porque mostram com quanta acuidade os estóicos distinguiam uma proposição condicional e a implicação de um argumento ou esquema inferencial, da relação da consequência do outro; pois um argumento chama-se conclusivo quando a correspondente proposição condicional é verdadeira.

"Entre os argumentos conclusivos, alguns são verdadeiros,' outros, falsos. São verdadeiros quando, além da proposição implicativa constituída pela conjunção das premissas, e pela conclusão, ' também a conjunção das premissas, isto é o antecedente da proposição implicativa, é verdadeiro" (28).

Este é também um texto extremamente importante para mostrar a clara distinção entre validade formal do argumento e verdade.

3.6 Inferências

Os estóicos faziam também uma clara distinção entre regras lógicas e os casos particulares, isto é, entre os modos (formas) de um argumento e o argumento em si.

"Estes são alguns dos argumentos. Mas os modos, esquemas ' segundo os quais são formados são os seguintes: esquema do 1º indemonstrável: "se o primeiro, então o segundo; mas o primeiro; então o segundo; esquema do 2º: "se o primeiro, o segundo", mas não o segundo, então não o primeiro; esquema do 3º: "não: do primeiro e o segundo; mas o primeiro; então não o segundo" (27).

Existem também outros textos que apresentam esquemas análogos para outros argumentos, mas acredito que este, sozinho, seja ' mais que suficiente para mostar o seguinte:

1º. Os estóicos conheciam e usavam as variáveis, isto é faziam clara distinção entre linguagem e metalinguagem (como veremos daqui a pouco).

2º. descobriram pelo menos os primeiros dois princípios de inferência lógica, atualmente chamados Modus Ponens e Modus Tollens, e que possuem a seguinte forma:

Modus Ponens

$$\begin{array}{l} A \Rightarrow B \\ \underline{A\quad\quad} \\ B \end{array}$$

Quer dizer: se A então B, mas A; então B

Modus Tollens

$$\begin{array}{l} A \Rightarrow B \\ \underline{\sim B\quad\quad} \\ \sim A \end{array}$$

Quer dizer: se A então B, mas não B, então não A.

3.7 Os indemonstraveis e os metateoremas

"Os indemonstráveis são aqueles dos quais os estóicos dizem que não precisam de demonstração para serem afirmados ... Eles encontraram muitos deles, mas colocaram particularmente cinco, dos quais, ao que parece, podem ser deduzidos todos os demais." (28).

Esta afirmação indica a consciência que tinham os estóicos' da completude do sistema e fundamenta a passagem para os metateoremas.

"Existe também uma outra demonstração comum a todos os silogismos, também para os indemonstráveis, chamada "redução ao absurdo" e pelos estóicos "primeiro metateorema" (constitutio) ou "primeira exposição" (expositum). Eles a formulam da seguinte maneira: "se de dois se deduz um terceiro, um dos dois junto com o oposto da conclusão fornece o oposto do outro" (29).

Esta é a regra da redução ao absurdo que é válida para qualquer tipo de argumento.

3.8 Falácias

Falácia é todo e qualquer tipo de argumento inválido, mesmo que pareça válido. Temos dois tipos fundamentais: falácias formais,

isto é argumentos que possuem uma forma, um esquema definido mas não válido; e falácias informais, isto é argumentos que não possuem forma definida. Os estóicos dedicaram muita atenção às falácias, e uma delas, mais conhecida como "o mentiroso" foi muito discutida e estudada durante os séculos até hoje. Houve até mesmo quem morresse por esta causa, como o lógico Filita. A formulação exata da antinomia não chegou até nós, mas apenas versões diferentes. Parece contudo que a mais correta seja:

"Se você diz que está mentindo, e nisso diz a verdade, está mentindo ou dizendo a verdade?"

Como se percebe é uma verdadeira falácia semântica e sua solução foi tentada por muitos, inclusive por Aristóteles e Crisipo. Paulo Véneto, no fim da Idade Média, apresenta quatorze soluções de "o mentiroso". Também foi apresentado e discutido em variantes nos fins dos anos 50 em várias revistas americanas de filosofia.

A lógica estóica é um "totum" completo que vai da linguagem, com seus elementos e significação, aos argumentos válidos e falaciosos.

De fato, começamos este capítulo falando de "foné", som estruturado em palavras, por sua vez ligadas a significados. O significado, porém, não tem um sentido em si - como na lógica aristotélica -, mas só tem sentido em função de alguém. Para os estóicos, o significado e, por conseguinte, a verdade, dizem referência ao hegemônico da alma que compreende a realidade, ou melhor, o ontológico representável em proposições.

Com outras palavras: distinguindo entre verdade, uma atitude, e verdadeiro, uma ontoligicidade, os estóicos criaram as condições para uma metalinguagem, que independe do que o homem possa pensar, ou se preferirmos, criaram, em relação ao seu tempo uma metalógica objetiva.

As proposições são, assim, descobertas não como afirmações adequadas à realidade - lógica arist. -, mas como conjuntos de pequenas partes ligadas entre si, e cuja verdade não depende de cada parte isoladamente, mas do conjunto todo.

Permitindo-se-me um exemplo diria: as proposições não são blocos isolados de pedra intacta, mas paredes construídas de pequenos tijolos ligados entre si por algum conectivo e cuja robustez não depende de uma só parte mas do todo.

O mesmo acontece com os argumentos: a validade dos mesmos não depende exclusivamente da verdade de cada proposição isoladamente, mas da verdade final resultante da combinação das várias verdades, diria, verdades particulares, resolvidas através dos conetivos. Os argumentos são assim, reduzidos a formas, esquemas racionais que tem validade em si e não pelo conteúdo que eventualmente possam ter.

A lógica, desse modo, escapa às mãos do aproveitador, do mal-intencionado, do sofista, para encontrar uma dignidade, uma vida própria junto às demais ciências.

NOTAS DO CAPÍTULO III

(01) - Aecio, Plácitos I, 3 - citado em Rodolfo Mondolfo. O pensamento antigo, II. pag. 97.

(02) - cfr. Cap, I;

(03) - Aecio, Pla. IV, 11.

(04) - Aecio, Pla. IV, 11.

(05) - Diógenes Laércio, Vitae filosofforum VII, 51.

(06) - Aecio, Pla. IV, 11.

(07) - Aecio, Pla. IV, 11.

(08) - Cícero Acadêmicos Primeiros. II, 144.

(09) - cfr. cap. IV.

(10) - As citações até agora feitas foram tiradas de L. Mondolfo op.., cit. As outras que irão aparecer são tiradas, na maioria, de J. Bochenski, op. cit.

(11) - D. L. VII, 57.

(12) - D. L. VII, 68.

(13) - Sextus Empíricus, Adversus Mathemáticos VIII, 96.

(14) - Sextus Empíricus, Adversus Mathemáticos VIII, 96.

(15) - Alex. Aphr. In An. Pr. 183, 32, 184, 6.

(16) - Epicteto Dissetationes II, 19, I.

(17) - Apuleio Opera 177,26.

(18) - A. M. I, 309.

(19) - A. M. VIII, 113.

(20) - A. M. VIII, 115 ss.

(21) - A. M. VIII, 282.

(22) - Aul. Gel., Noct. Att. XVI, 8.

(23) - Gal. Inst. III 9,8.

(24) - Pyr. Hyp. B 135ss.

(25) - Pyr. Hyp. B 137.

(26) - Pyr. Hyp. B 138.

(27) - A. M. VIII 227.

(28) - Pyr. Hyp. B 136.

(29) - A. Opera III 191, 5-10.

CAPÍTULO QUARTO

LÓGICA, ÉTICA E FÍSICA: CONSIDERAÇÕES

1. INTRODUÇÃO

Depois de ter exposto, mesmo que sumariamente e com lacunas, as principais idéias sobre a lógica que os estóicos formularam, vou tentar colocar algumas considerações quanto à significação positiva e negativa que este mesmo quadro apresenta.

2. Lógica estóica e Aristotélica

A uma primeira visão de conjunto, podemos perceber que os estóicos criaram uma lógica proposicional, ao contrário de Aristóteles que criou uma lógica terminística. Isto não contradiz quanto foi afirmado na conclusão do capítulo anterior, pois, para Aristóteles, o fundamento da lógica é o conceito (exteriorizado nos termos) que, por sua vez, é a representação da realidade, não só indicativamente, mas ontologicamente.

Por conseguinte, o critério da verdade se baseia na correlação, na concordância harmônica e paralela entre o conceito e o objeto, porque o conceito e, então, o termo são a garantia do objeto. A verdade é uma relação ontológica.

Para os estóicos não, a verdade é uma relação subjetiva que depende do assentimento e de compreensão; é o verdadeiro, que existe para além da verdade, que é ontológico e se manifesta nas proposições que são produtos dos conetivos.

É verdade que nas últimas obras lógicas de [illegible], Aristóteles esboça uma tentativa de lógica proposicional, chegando inclu-

sive à formulação de alguns teoremas; contudo, faltou-lhe a elaboração de uma teoria sistemática e abrangente, tendo-se limitado à colocação de algum princípio, de alguma semente. Por outro lado, os estóicos, autonomamente, elaboraram uma teoria sistemática e completa.

Em segundo lugar os estóicos baseiam-se numa semântica, bastante aperfeiçoada, pois foi por eles claramente afirmado que o objetivo da lógica não é o conceito subjetivo, mas o significado objetivo.

Em terceiro lugar eles fizeram uma análise surpreendentemente correta dos conectivos proposicionais, incluindo tabelas das verdades exatas e uma discussão muito detalhada do sentido da implicação que ainda hoje apresenta problemas.

Outro mérito muito digno de louvor é a descoberta do método formalístico pois se presupõe uma correlação não ambígua das formas verbais com os significados. Isto é, foi iniciado o estudo dos esquemas de argumento e das estruturas sintáticas das expressões. Mais ainda, foram aperfeiçoadas técnicas lógicas, como por exemplo: a distinção entre função proposicional e proposição... A lógica foi axiomatizata, e finalmente os estóicos criaram a primeira importante falácia antinômica, que ficou até hoje, como um dos mais importantes problemas lógicos. Mas nem tudo o que brilha é ouro. Existem também pontos negativos e em primeiro lugar: Qual é o papel da lógica? Segundo Aristóteles, a lógica é uma arte instrumental, isto é algo que não tem objetivo próprio mas tão somente mediato.

Também para os estóicos, de certa forma, se dá o mesmo, embora eles o neguem. O papel da lógica é sobretudo negativo; serve para defender a verdade; é como a casca do ovo, as grades e os muros que defendem um pomar e embora possua seu objeto próprio - diferente da Física e da Ética - e faça parte integrante da Filosofia, cede lugar em importância, à Física e à Ética, pois, de fato, por exemplo: a Física se serve da Lógica, mas nunca se dá o contrário. Outro aspecto interessante é que vários conceitos não são aproveitados - o mais das vezes conscientemente - por exemplo: a dis

tinção entre gêneros, espécies e gênero supremo, não é de forma alguma aproveitada na lógica. Falei: conscientemente, pois a grande dificuldade que Aristóteles encontrou foi a de combinar a ciência e o elemento. "Não há ciência se não do geral, enquanto o elemento real existe sòzinho". Os estóicos resolveram este dilema de maneira um pouco simplista, suprimindo a primeira parte. Aliás, já os antigos apontaram para esta defasagem, em particular Sexto Empírico que criticou a teoria da definição em Crisipo, pois, dizia, não é mais uma questão de gênero, espécie ou de essência, mas tão só de enumeração de características próprias de cada ser. Eles não indicam as diferenças específicas, simplesmente contam as diferenças. Na realidade, este tipo de definição, mesmo não sendo muito declarativo, se apresenta na prática - especialmente científica moderna - bastante operacional, pois em muitos campos não interessa "o que é" mas "quem é". Se eu somar duas realidades não interessa ao lógico ou ao matemático saber se se trata de feijão ou de laranjas, e, além do mais existem muitas realidades que sabemos manipular, operar sem, contudo, conhecermos o que são: eletricidade, magnetismo, luz...

3. Lógica e Ética

O problema do conteúdo, então, não importa ao lógico, mas ao filósofo que se julga capacitado a exercer a função de ser "a consciência da ciência" (Ortega Y Gasset). É claro que os estóicos eram filósofos e por isto dá para ser divisada no pano de fundo a idéia geral que conduz o todo. Podemos perceber, desta forma, que a racionalidade do conhecimento se traduz na prática menos com "generalidade" do que com "necessidade". Esta colocação já era verdadeira desde Aristóteles, para o qual o geral tem valor de sinal do necessário, pois, para ele, somente o necessário é a ligação essencial dos caracteres num tipo, numa forma ou numa essência. Ao contrário, para os estóicos, o necessário não é mais a "essência", ou o "tipo" mas a "lei". O juízo não se baseia na inerência de um atributo num sujeito, mas baseia-se na relação necessária de um atributo com um sujeito, ou mais exatamente de um conseqüente com o

seu antecedente. É por isto que a proposição por excelência, para os estóicos não é mais como em Aristóteles, a proposição categórica inclusiva, mas a proposição condicional de relação que afirma' que, "se" tal ser possui tal propriedade, possui necessáriamente' tal outra propriedade, porque esta qualidade coexiste sempre com a primeira, criando assim, não uma ligação de identidade ou de conveniência, mas de concomitância ou de sequência.

Levada ao seu extremo limite, esta visão implica um determinismo absoluto ou mais ainda num fatalismo como se pode constatar no "argumento vitorioso", de Diodoro. Alí o conceito de possibilidade - mesmo que seja louvável a tentativa de salvar o salvável mediante o uso de variáveis temporais - era reduzido, por ' causa do antecedente necessário, a pura necessidade também, pois' se o que é passado é necessário, e o futuro que não se realiza é impossível, significa que se torna necessário.

A este determinismo absoluto - Crisipo tentou se subtrair a fim de salvar os futuros contingentes e, por conseguinte, a existência da liberdade. Assim retornando a questão ao mesmo estado em que Diodoro a tinha deixado, ele afirma que existe "possíveis" que poderiam ter sido realizados, mas que nunca se realizaram, porque não eram as melhores soluções. Só que o remendo saiu a meu modo de ver, pior que o estrago, pois, se tudo o que acontece é o melhor que podemos, não saberia nem imaginar o que daria o pior. Por outro lado, se o que acontece não é o melhor a questão' volta à origem e "esta lei se transforma em Destino - Fatum - a ' necessidade universal que também é a Razão universal (logos spermaticós) que encerra em si as razões seminais de cada ser, de onde procede nossa força, vida e razão; que faz da imutabilidade e ' da necessidade as leis da natureza, na qual a nossa razão se reencontra, com a qual se identifica quando reconhece as leis, assim como a experiência nos as revela tais como são na sua necessidade. (1)

Neste ponto, permito-me uma hipótese: sem querer contradizer quanto disse antes sobre a instrumentalização da lógica (ali-

ás negada violentamente pelos estóicos), será que a lógica nasceu depois da Ética? Parece-me provável, pois, estas idéias da necessidade parecem ter determinado crenças sobre a natureza do universo e estas, por sua vez, sobre a lógica. Por outro lado, se lançamos um olhar de conjunto sobre a lógica estóica, se examinarmos suas vinculações com as diversas partes da filosofia podemos constatar que - mesmo salvaguardando os grandes princípios do pensamento grego (realidade do indivíduo e ciência do necessário), a lógica é dominada por um novo princípio: o nominalismo, que introduz novas perspectivas, até então desconhecidas. Ao mesmo tempo, lembrando as considerações feitas acima sobre a necessidade, na qual se exprime a necessidade universal da natureza através de suas leis imutáveis - obra e manifestação de uma razão soberana e perfeita -, podemos também verificar como este nominalismo desabrocha num determinismo, por sua vez relacionado com uma visão panteísta do universo. A hipótese inicial assim se alarga pois, neste ponto, a lógica se liga à Física: a ciência do "logos" e a ciência da "fusis" não são mais que dois aspectos de uma mesma, única realidade.

4. Lógica e Física

Podemos compreender, melhor ainda, tudo isso, se analisarmos a teoria da "antecipação", conhecida como o critério da verdade naquilo em que ele é a cópia das coisas e das suas relações. Esta noção foi forjada por Crisipo para explicar e justificar a afirmação de uma ligação de sucessão necessária entre o antecedente e o consequente, sem postular a sua identidade. Evidentemente, estas afirmações vêm da experiência; pois é a experiência que nós ensina a ligação entre a cicatriz e a ferida, e entre a ferida e a morte; mas a antecipação, conforme ao citado texto de Plutarco, nada mais é que a lembrança de fenômenos similares já marcados no hegemônico. Quer dizer então que a antecipação participa da infalibilidade da representação (imagem) compreensiva; é a cópia fiel das coisas, d as suas ligações reais; mas como a natureza é a razão universal, a antecipação se torna uma manifestação primitiva'

da razão universal. A lógica então se liga à Física, mas como esta necessidade deriva e participa da força divina que é a causa única e absoluta de tudo o que existe, se liga também à Ética.

De fato, se o mundo, na sua estrutura, é produto e espelho da Razão (logos) que tudo permeia, ordena e dirige - como uma Lei necessária e disciplinadora - para um objetivo de perfeição, "ex omni aeternitate fluens veritas sempiterna"(2), a lógica na sua descoberta da verdade ontológica, participa deste Logos. Isto é: a lógica, enquanto manifestação (epifania) da verdade, se torna prenunciação (evangelho) da participação divina nas coisas e, por isto, instrumento de ajustamento da conduta à razão (3).

A lógica ajuda a razão humana na busca da retidão (ortós logos) ajustando-a a aceitar e, por conseguinte, descobrir a necessidade de uma submissão à Providência.

> Fatis agimur, cedite fatis...
> Non illa Deo vertisse licet
> Quae nexa suis currunt causis (4)

Mais ainda, talvez forçando um pouco, poderíamos descobrir que, neste sentido, a lógica chega até mesma a ser considerada uma das exteriorizações do Logos "in corpus humanum pars divini mersa" (5). Aliás toda a filosofia helênico-judaizante, especialmente Filon de Alexandria, a interpreta neste sentido, preparando o terreno para a colocação do conceito de "Logos", (verbum), de S. João Evangelista (6).

Finalmente tem outro ponto que gostaria de tocar antes de encerrar estas poucas considerações sobre o sistema lógico dos estóicos.

Um axioma da doutrina estóica diz que "somente o indivíduo é real": donde se segue imediatamente a conseqüência que a ciência e sobretudo, a lógica não pode dizer relação se não com indivíduos. De fato, como já vimos, a distinção em gênero e espécie, tão importante na lógica Aristotélica, quase não tem lugar na lógica estóica. Mas o problema principal que esta afirmação coloca, quase como conclusão da teoria do conhecimento, bem como da Física e da Ética,

é: Qual a relação que estes indivíduos úricos existentes e por isto mesmo separados entre sí, tem com o ser individual, feito de todos os demais, o fogo primitivo, o logos imanente e os cosmo?Os estóicos apresentam duas soluções. a primeira, mais antiga, concebia o indivíduo como um ser independente, que está com o mundo como um "catulus" ao "canis" (Cic. De Nat. Deorum II, 38). Idéia não muito distante da "criação". A segunda mais recente, apresenta o indivíduo como uma porção, uma parte, um fragmento de razão que governa o mundo, "Socii Ejus et membra" (7). E é na medida em que estão unidos ao todo que também são objeto da Providência "Singulis non Adest Jupiter" (8). Deus não se ocupa com os indivíduos. Em síntese, o homem nada mais é do que o sujeito da lei comum do universo. Este é o princípio e o fim da lógica estóica. Mas tal é também o fundamento da Física e da Ética.

"Sobre uma Física da ordem universal se baseia uma moral da ordem universal: a primeira proíbe ao homem a liberdade de querer; a segunda, a liberdade de ação. O único direito do indivíduo é submeter-se a ordem eterna da natureza, o que significa encontrar-se de acordo consigo. "Ducunt Volentem fata, nolentem trahunt" (9).

NOTAS AO CAPÍTULO IV

(1) - CHEVALIER J. Histoire de la pensée. FLAMMARION. p. 427

(2) - Cic. De Nat. Deorum I.55

(3) - Séneca Ep. 76, 10, 10.

(4) - Séneca cit. in Fraile op. cit. p. 593

(5) - Séneca Ep. 116 II

(6) - Robert, Feuillet op. cit. especialmente o capítulo sobre o evangelho de S. João.

(7) - Séneca - Ep. 92

(8) - Cic. Nat. Ou II, 46. cit. em Chevalier op. cit. p. 430.

(9) - Séneca Ep. 107.

CAPÍTULO XVIII

LÓGICA Y DIALÉCTICA

1. INTRODUÇÃO

Nos dois últimos capítulos, vimos as mais importantes afirmações da lógica estóica, bem como suas dependências no contexto doutrinal em que se encontram colocadas; mas estas dependências derivam não tanto da Ética e da Física, quanto - ao menos mais diretamente - da dialética, pois, como já disse, a Lógica é uma parte da dialética, nela encontrando a sua razão de ser. Isto se torna mais evidente se retornarmos às questões deixadas no fim do capítulo II para percorrermos de novo o caminho dos estóicos antigos que são os que nos interessam aqui.

2. Zenão e a transformação da dialética

Zenão de Cízio, considerado o fundador do estoicismo, define a dialética de forma negativa: " a arte de produzir sofismas; arte que não conduz à descoberta do "ser", nem ensina argumentos possíveis, mas discerne, examina, mede e pesa" (1) isto é: a dialética não possui uma função construtiva, mas apenas estimativa.

Já nesta definição encontramos algo de diferente de Platão, Aristóteles e cínicos-megáricos, porque a dialética se apresenta como a busca dos elementos linguísticos e de suas relações; com outras palavras não se liga apenas a uma doutrina lógico-linguística, mas também à teoria do critério de verdade. De fato, enquanto para Platão, Aristóteles e megáricos o único critério da verdade era o "ser" bem definido, acessível ou não, para Zenão, o critério da ver

dade era a representação catalética, (2), isto é uma relação perceptiva e subjetiva que dá lugar a uma situação particular porque, segundo Zenão, a única verdade acessível é constituída da percepção direta daquela situação. O sábio estóico não se interessa pela estrutura do ser ou pela explicação dos fenômenos, mas apenas em ' organizar a sua vida de modo a eliminar os problemas que possa surgir da diferença entre o homem e a natureza, preservando assim a ' sua ataraxia perante o mundo.

O sábio não pode limitar a sua vida à ansiedade da procura, da busca, e muito menos à estrutura do ser alcançado por meio da ' ciência; pois o conhecimento lhe serve para anotar as claras e inquestionáveis ações que a natureza opera sobre sua sensibilidade. Neste sentido, Zenão retorna à relação subjetiva e direta com a realidade deixada aberta pela polêmica megárico-platônica e axiomatiza a possibilidade de atribuir à representação uma configuração independente de qualquer ligação lógico-linguística. De fato, as formulações linguísticas se constroem independentemente das representações; mas para além delas, só existem dois momentos para o assentimento: a verdade e a falsidade (3).

É por isto que a lógica estóica tem as tarefas de, por um lado, elaborar esquema das conexões mais ontológicas, e por outro' não deve formular esquemas insolúveis para a representação. É evidente aqui o caráter negativo da lógica e da dialética, mas, se de um lado esta interpretação apresenta um parentesco não indiferente com a escola megárica pelo fato de ambas procederem de um mesmo núcleo socrático: aliás o carácter crítico-negativo da dialética é um ponto comum tanto de Euclides como de Platão, Aristóteles e Zenão; por outro lado, podemos afirmar também que nos estóicos a dialética se transformou no único e supremo método de conhecimento ' 'scientia scientiarun), e perante ela nenhuma outra disciplina pode considerar-se autônoma. Com palavras mais sitéticas poderíamos dizer que os estóicos montaram uma colocação do problema dialético, colocação que não é uma síntese de motivos platônicos ou aristotélicos e nem uma alternativa a elas, mas é a elaboração de uma noção dialética desvinculada dos compromissos ontológicos reconhecidos por Platão e Aristóteles.

Para os sábios estóicos, a dialética é a arte de raciocínio pela qual é possível ordenar e descobrir o valor das certezas sensíveis e ao mesmo tempo a arte que contém o suficiente para levar a vida segundo a natureza. Nesta perspectiva, a procura platônica ou os enunciados aristotélicos do ser se transformam em elementos que incomodam a ataraxia do sábio por que o conduziriam a tarefas não primordiais no objetivo da vida.

A dialética estóica se coloca portanto quer, como uma recusa dos sistemas filosóficos clássicos, quer dos seus compromissos, metafísicos, éticos e políticos.

3. Crisipo e a sistematização da dialética

Uma vez morto Zenão, seu discípulo Cleantes tomou a frente da Stoá. Geralmente apresentado como um Hercules bonachão, pela sua estrutura atlética, também é considerado um simples continuador da obra de Zenão, mas que não deu contribuição original alguma ao pensamento estóico. Pelo contrário, Crisipo, discípulo de Cleantes, é considerado o segundo fundador do estoicismo(4), porque foi o sistematizador das teorias estóicas contra o intento de quem desejava reduzir o estoicismo a um puro moralismo ascético contra a sociedade e seus valores.

Por outro lado, Crisipo respondeu também às críticas externas que propunham um retorno às fontes socráticas da filosofia. Em particular, os visados por Crisipo foram Ariston de Quios e Arcesilao.

O primeiro postulava temas de sabor cínico como a polêmica contra a cultura oficial e a dialética que era considerada inútil para alcançar o ideal da vida do sábio (5). O segundo apresentava um Sócrates que se limitava a afirmar "não podemos conhecer nada, não percebemos nada e nada sabemos"(6). Assim apremiado entre as negativas de Ariston e as objeções de Arcesilao, Crisipo encontrara de novo a questão quase nos mesmos moldes de Zenão com os cínicos e megáricos, e de novo percorreu o caminho de uma redefinição da dialética. Com efeito o meio de desembaraçar-se das críticas acima referida, consiste em distinguir o que pode ser

atribuido a uma proposição qualquer, isto é:Crisipo tentou delimitar o terreno percorrido pelo raciocínio. Para este fim, elaborou a distinção entre significantes (semáinonta) e significados (sema innómena) (7). Os primeiros são as palavras enquanto signos fonéticos e materiais, palavras às quais podemos atribuir uma naturalidade (retidão natural), porque não são puramente convencionais ou arbitrárias, como dizia Aristóteles, mas imitativas como bem ' pode ser compreendido pela etimologia que demonstra esta função,' mediante os elementos dos quais são compostas as palavras, daí regulamentando a propriedade do seu uso. Os segundos são a realidade, as coisas que existem ontologicamente.

Estes elementos não esgotam, porém, em Crisipo, a relação semântica pois o significado "lécton" não se esgota nem no signo' fonético, nem na própria realidade, mas se constitui num terceiro termo, distinto dos demais (8), que é o objeto de verdade e falsidade, enquanto das palavras podem falar só em relação a uma maior ou menor propriedade com a realidade, a sua existência ou não.Por isto, sentenças iguais podem ter significados diferentes e então' propriedades e atribuições lógicas distintas, ao contrário de Aristóteles que as considerava arbitrárias, porque atribuía a estrutura lógica das coisas à teoria da substância. Crisipo criou ' assim uma metalinguagem, porque considerou a língua como a sede ' das propriedades lógicas e como elemento condicionante das mesmas embora elas não pertençam à linguagem enquanto conjunto de signos fonéticos, mas à linguagem como símbolo das coisas.

Face ao problema encontrado, a solução é muito válida porque assim a estrutura lógica se por um lado é condicionada, quer positiva quer negativamente, pela linguagem porque são as palavras que carregam os significados e só através deles são distinguidos, por outro as mesmas não são propriedades das coisas,porque podem mudar simplesmente através de sinais linguísticos.

Os "lectá" podem ser completos e incompletos; por sua vez as proposições completas podem ser: declarativas, valorativas, exortativas, interrogativas, imperativas... de todas estas só as ' primeiras, chamadas "axiómata" podem ser verdadeiras ou falsas e

Crisipo as define como "significado completo enunciado em tudo que lhe compete" (9). Os estóicos subdividiam ainda as proposições declarativas completas em simples e complexas. As simples são as que possuem sujeito e predicado, complexas, compostas de várias proposições unidas pelos conetivos (10), mas o valor da verdade das mesmas depende do valor da verdade de cada proposição e da sua distribuição quanto aos conetivos.

Nesta perspectiva as proposições são verdadeiras ou falsas não porque mostram a estrutura das coisas ou porque estão de acordo, ou não, com regras subjetivas e arbitrárias, mas porque formularem um aspecto da realidade e poderem ser referidas aos objetos, esgotando inclusive todas as ocorrências possíveis das mudanças das proposições.

Neste sentido a dialética, servindo-se como matéria própria, dos axiómata e das proposições complexas, ensina a usar não só os instrumentos linguísticos, ou a estrutura das coisas, mas sobretudo as possibilidades de referência das mesmas.

4.3 A dialética e o raciocínio

O argumento, segundo Diógenes Laércio, é um conjunto de premissas que levam a uma conclusão (11). O problema da dialética, consiste precisamente em encontrar as regras pelas quais estes conjuntos podem ser construídos. O esquema mais comum deste tipo de raciocínio consiste numa ou duas premissas - simples ou compostas - que levam e justificam a afirmação final, chamada conclusão. Diz-se que um raciocínio é conclusivo quando, independentemente da verdade das premissas, a conclusão deriva, segue necessariamente da conexão das premissas e isto se realiza quando premissas e conclusão desempenham o papel de uma função implicativa válida. Os modos destas organizações, segundo Crisipo, são chamadas "anapodíticos", hoje são chamadas axiomas e são em número de cinco (12). São anapodíticos, quer dizer indemonstráveis: em primeiro lugar, as premissas, enquanto membros de uma implicação, podem ser tomadas como verdadeiras ou falsas em função dos valores que assumem dentro do

conjunto de todas as ocorrências, e isto vai contra a afirmação aristotélica que algo não pode ser logicamente evidente sem ser verdadeiro. Em segundo lugar: a verdade de um raciocínio, ou melhor, a validade de um argumento não se dá mais apenas quando de premissas verdadeiras nascem conclusões verdadeiras, mas a validade pode se dar independentemente de sua conclusividade. Com efeito um argumento é conclusivo, quando o produto lógico das premissas é verdadeiro.

Finalmente, resulta evidente a separação que existe entre' anapodítica e demonstração, pois a primeira é inquestionável por - que se coloca como princípio e a segunda é um simples raciocínio ' conclusivo que, através das premissas anapodíticas, leva a conclusões cuja verdade não e imediatamente verificável junto à verdade' das premissas.

Há contudo outros aspectos da questão que são mais interessantes ainda. O verdadeiro e o falso, como já vimos, pertencem ao lectón, que é o resultado de uma representação lógica (logiqué fantásia). Mas, segundo os estóicos, esa "logiqué fantasia" é um pensamento que nasce de um estímulo sensível, pelas categorias da semelhança, contraposição... (13), isto é: a lógiqué fantasia é o elemento que transforma a componente linguística da lógica por um lado, na representação associada ao significado. Assim, as formas' lógicas se limitam a oferecer as estruturas lógicas dentro das quais as "fantásias" se transformam em "prágmata". Não é sem motivo ' que Crisipo tinha também distinguido o uso linguístico em "foné" e "pragma", independentes entre si, de tal modo que as estruturas lógicas do pensamento e as situações subjetivas vinculada ao uso linguístico não se tornassem inconciliáveis fora da metafísica aristotélica. Mais ainda, se os objetos (prágmata), que o homem conhece, são representações produzidas por entidades reais e organizadas em significados de estruturas linguísticas, se tornam não só independentes, mas também complementares porque as representações, enquanto produzidas por estímulos, asseguram a referência aos objetos reais, e a linguagem enquanto conjunto de símbolos, oferece um meio de objetivação.

Desta forma a dialética se converte na ciência das estruturas formais da linguagem que garante a pureza da mesma contra as infiltrações dos sofismas e das aporías. Em verdade o que importava a Crisipo era assegurar ao sábio uma série de certezas inquestionáveis, mesmo que limitadas, sem precisar que se lançasse à procura metafísica do "ser".

A substituição cínica da teoria da verdade como "ser", pela teoria da verdade como "percepção", que desde Zenão foi pouco a pouco aperfeiçoando-se, se contrapunha a todas as posições que, de um modo ou de outro, avançaram pretenções sobre o ser.

Após todas estas considerações, parece-me mais fácil compreender a definição estóica da dialética como "a ciência do que é verdadeiro, do que é falso e do que não é nem verdadeiro nem falso (14). As proposições são verdadeiras ou falsas e,em determinadas condições, também os raciocínios. Por este motivo a dialética se torna a ciência de dispor as proposições de tal forma que se obtenham raciocínios conclusivos e o estudo das condições que tornam um raciocínio verdadeiro ou falso. Por outro lado, é assim também a ciência do falar bem, isto é, da escolha das expressões linguísticas apropriadas para reduzir ao mínimo o risco de ambiguidades.

NOTAS AO CAPÍTULO V

(01) - Arriano, Epcit. dissert. I, 17, 10, 11. Cito em Abbagnano op. cit. p. 89.

(02) - Cfr. capítulo IV deste trabalho

(03) - Cfr. capítulo IV deste trabalho

(04) - Cfr. Cícero, Acadêmicos primeiros II, 75 ss. Citado em Mondolfo op. cit. p. 94.

(05) - Ariston "eliminava os argumentos físicos e lógicos, afirmando que os primeiros ultrapassavam a nossa capacidade e os segundos não nos dizem respeito... compara os raciocínios dialéticos às telas de aranhas que aparentemente são construídas segundo uma arte, mas que, são inúteis". Diógenes Laércio VII, 160, 161 - Citado em Abbagnano op.cit. p. 114.

(06) - Cic. Acadêmicos Segundos I, 44. Citado in Abbagnano. op. cit.p.105

(07) - Cfr. capítulo IV deste trabalho

(08) - É muito difícil, atendo-se aos textos, entender o conceito de Lector. Em termos lógicos modernos poderíamos ter uma idéia aproximativa, lembrando, por um lado, a distinção das funções da linguagem natural: sinal (signos), sentido (o que significam) e referência (objetos); distinção esta que às vezes leva a confusões, por exemplo: diferentes sinais e diferentes sentidos levam a mesma referência: "O mestre de Aristóteles", "o doutor da república", Platão; ou, ao contrário, os mesmos sinais e mesmos sentidos levam a diferentes referencias: Eu (João), Eu (Maria; e por outro à distinção entre "Proposição" e "Sentença", das quais a primeira diz mais relação ao significado e a segunda ao significante.

Cfr. também. Copi "Introdução à Lógica" p. 17-18.

(09) - Cfr. D. L. VII 1, 64. Citado em Bochenski op. cit. p.171

(10) - Cfr. cap. anterior deste trabalho.

(11) - D. L. VII, 45, 76. Citado em Bochenski op. cit. p. 66.

(12) - Cfr. cap. anterior deste trabalho.

(13) - Cfr. D. L. VII, 51. Citado em Mondolfo op. cit. p. 86.

(14) - S. E. Adversus Math, XI 187 citado em Bochenski op.cit. p.150

JANÍCULO SEXTO

TEORIA E PRAXIS

É sem dúvida um fato interessante e até mesmo misterioso que, quase contemporaneamente, em meados do último milênio a.c., tenha aparecido, pela primeira vez, independente um do outro, em países diferentes e distantes, um conjunto de pessoas, conhecidas com o nome grego de "filósofos", na Grécia, na China e na Índia.

Todos eles procuram alcançar, para além da percepção do sensível, um conhecimento do que é verdadeiro e substancial ao mundo e desta forma dão início a movimentos espirituais, que iriam transformar a cultura. Mais interessante ainda é o fato de que estas três formas de filosofia, diferentes entre si, se integram uma na outra, quase que formando um mosáico completo dos princípios mais importantes para a vida do homem.

À base da filosofia chinesa há um interesse prático sobre como se pode ajudar os homens a viver em paz e ordem; na filosofia indiana a preocupação é com a meditação transcendental sobre o enigma da vida, da alma e da morte; o filósofo grego, por sua vez, preocupa-se primeiramente com o cosmo e a natureza.

Não se trata aqui de mostrar como estas diversas problemáticas derivam de condições históricas diferentes; na China, da preocupação com a imensidade do império, na Índia, da vida angustiante de quem aspira à imortalidade e na Grécia, que não tinha um estado poderoso e menos ainda uma religião unitária, da visão maravilhosa da natureza.

De qualquer forma não parece evidente quer na China, quer na Índia, que tenha havido uma clara antítese entre teoria e prática.

Na China, os precursores dos filósofos foram conselheiros

imperador (Confúcio e Leo - Lse eram conselheiros) e a tarefa dos mesmos era indicar o reto caminho moldado sobre o exemplo da vida dos antepassados.

Na Índia, são os sacerdotes que marcam o caminho dos filósofos os quais buscam o encontro e a integração no absoluto penetrando na misteriosa profundidade da vida e da alma até que um deles procurou penetrar o próprio "eu", na busca da imortalidade.

Na Grécia, os precursores da filosofia são os cantores populares e os heróis são o objeto do canto, ou melhor: o objeto do canto poético é a ação, dos heróis e dos deuses, colocada à contemplação e maravilha do ouvinte.

Como se vê, desde o começo e justamente por causa dele, a oposição teoria e praxis se torna atual.

Era o caso dos heróis, dos reis sábios e dos videntes onde o mundo abstrato do pensador é construído ao lado do mundo colorido e vivo do poeta. Era o mundo onde o espírito se opunha à natureza e procurava prendê-la; o mundo onde se tentaram todas as hipóteses que pudessem explicar o "tornar-se" das coisas.

É verdade que, na Grécia mais antiga, o poeta não é ainda considerado um teórico, mas sua obra já respira a sabedoria, é o livro da sabedoria e é por isso chamado "sofós" - sábio - porque, mesmo sendo como um artesão, ou auriga, é o homem que combina a teoria com o praxis. Esta é também a característica dos sete sábios. A maior parte deles eram políticos, legisladores ou ainda ' conselheiros, isto é; sua sabedoria baseava-se principalmente em atitudes práticas de resolução dos contrastes políticos e de conclusão de alianças. Mas já Solon após ter escrito a nova constituição de Atenas, viajou, simplesmente buscando a teoria, para ver o mundo.

A teoria se distancia cada vez mais da praxis e o primeiro conflito encontra-se na primeira metade do século V a.c., na ' tragédia "Antíope" de Eurípedes. Dois irmãos, um soldado, outro ' cantor: o soldado avisa o irmão de que esta inclinação pela arte e pela ciência leva a uma vida inútil e mole, que não serve para enfrentar a dureza do dia-a-dia, conduz à preguiça, à dissipação,'

não ajuda a governar com sabedoria o lar e muito menos o estado. O irmão responde que a vida de poeta é uma realidade muito mais útil e, sobretudo, o torna mais feliz. Mais útil, porque a razão é mais útil que a força do braço, e isto ajuda muito mais no governo do lar e do estado. Mais feliz, porque a felicidade é a ausência das ansiedades e perigos da luta política, e porque pode proporcionar numa vida modesta, alegrias mais duradouras e profundas.

Este mesmo tema, sob aspectos um tanto diferentes, se encontra também na "Antígone" dilacerada pela dúvida, pela agonia de seguir a lei dos deuses ou a lei do amor fraterno. É a fase do humanismo que se aproxima, na qual a sabedoria como visão, começa a ser declarada um não-saber, onde o indivíduo se opõe à sociedade e procura interessar-se cada vez mais por si mesmo.

Serão encontradas a técnica das técnicas, os métodos para conduzir-se bem em tudo - falar, pensar...

Os sofistas, cuja originalidade na história intelectual é considerável, apesar de tudo, inauguram esta etapa; ensinam a maneira de transformar o logos em fato, fórmula e sobretudo em pensamento. Todavia é o "gnoti seautón" de Sócrates que verdadeiramente abriu um mundo novo; esse novo Prometeu que roubando do céu a filosofia para doá-la aos homens, encarnou o espírito da vingança: a dialética é uma forma de vingança pois a plebe começa a sobressair. Com a dialética, cobra vigor a importância da opinião que conquistará, para a filosofia, o mundo do homem comum que se agarra a sua razão e a sustenta com suas razões. O céu que se tinha consolidado e separado dos homens - é bastante lembrar como as intervenções divinas, (deus ex máquina) em Eurípedes, quer benéficas, quer maléficas possuem um caráter de irracionalidade que reduz o homem à muda obediência e à resignação - é de novo reaberto por Sócrates através de uma visão providencial dos fins. A claridade profana e a noite sagrada se reunem agora numa visão de existência, concebida como um crescimento para a realização integral e última, como uma busca de perfeição

Mas já com Platão se retorna ao dualismo. Deprimido pela dura realidade da guerra do Peloponeso e suas consequências ele imagina um reino no qual se refugia totalmente porque só lá encontra a verdadeira felicidade. Assim, fundou a sua Academia, para poder viver juntamente com seus discípulos, só para a teoria.

É um fato sociológico importante que Platão tenha criado a Academia, uma sociedade na qual se criaram as condições e uma rígida consciência de status, fundado não na riqueza ou nobreza, mas nos privilégios intelectuais. Um círculo de homens inteligentes encontrava, alí, a paz necessária para a exclusiva dedicação àquilo que para eles era importante, sem deixar-se distrair pela banalidade prosáica das coisas do dia-a-dia. Este orgulho acadêmico continuou (continua?) operando através dos séculos.

Para Platão, amante das matemáticas, o conhecimento é o antecedente, a premissa da perfeição, a causa da ação moral. Ele identifica constantemente o conhecimento teórico e a conduta prática; o objeto das suas investigações é a idéia que, captada pela razão, dá a inteligência do bem, da beleza e da meta à qual se dirigem as imperfeitas e encarceradas criações que anseiam fervendo sobre a face da terra.

Desta forma a Filosofia nada mais é do que a reorganização de todos os elementos constitutivos da vida em vista à ascensão para a perfeição que é o farol para iluminar o caminho. Partindo de Sócrates que havia fundamentado a necessidade de conhecer a natureza da virtude, Platão chega a sustentar que o conhecimento não leva necessàriamente à prática. Daí a primazia que concede à inteligência, animada pelas recordações, que permite ao homem o caminho de retorno, a volta à casa verdadeira, reorganizando a vida segundo o arquétipo.

Há nisso algo do "viver segundo o exemplo de Deus" tão característico do pensamento cristão e que depois foi interpretado como "gesta Dei per homines".

Ao contrário deste, o sistema aristotélico tende a destruir o eticismo essencial da filosofia platônica, e seu caráter de metafísica dos atos humanos como fator eficiente do aperfeiçoamento individual e social. Ele desfechou violentos e repetidos

golpes sobre a teoria das Idéias, cuja aceitação desperta na alma a semente da inquietude, o anseio inefável de melhorar. Par Aristóteles o conhecimento é uma experiência do intelecto, sem nenhuma repercussão na vida prática, incapaz de objetivar-se em normas morais e mais ainda, incapaz de contribuir à erradicação dos baixos instintos.

O grande filósofo aparece na história do pensamento como o fundador do amoralismo europeu, como o homem que estabeleceu claramente que a razão pura carece da essência ética e que se reduz ao prudente conhecimento do que é vantajoso.

Contudo, já entre os discípulos de Sócrates, tinha havido um começo do prático, e a ele se inspiravam tipos um tanto estranhos como Diógenes que pregava, do seu tonel, a volta de uma simplicidade absoluta. Mas foi sobretudo com os estóicos - em parte com os epicureus - que a filosofia se orientou nítida e conscientemente para fins práticos.

Com eles, o homem encontrou o verdadeiro conceito de "humanidade", pois sendo todos os homens uma centelha de logos, encontram-se irmanados sobre a mesma Razão universal que governa todas as coisas. Por isto o homem é: um ser destinado à comunidade -bem diferente da definição aristotélica - e o amor para com os outros - filantropia - se sustenta neste sentimento de parentesco natural. Esta concepção abriu também os estreitos confins da polis. A pátria dos estóicos é o mundo, a cosmo-polis que encontra a sua realização no Logos.

Desta forma a filosofia se tornou ética. Assim, os homens são conduzidos a uma convivência de bons costumes; e as nossas noções de direito natural, dos direitos do homem, da liberdade e dignidade humana remontam diretamente a eles. Suas doutrinas morais tiveram uma forte influência, até quase nossos dias, porque forneciam uma fundamentação a quantos davam as costas à antiga fé, mas a teoria sofreu. Sofreu porque se limita a especulações que iluminam as relações do homem com a sua circunstância; mas que, não se valendo de observações e experimentações, rapidamente se torna estéril, porque o prevalecer da praxis conduz a um dogmatismo no qual tudo se imobilizava. Por outro lado, o prevalecer da teoria

promove a presquisa, mas ameaça separá-la do seu contexto vital. Somente uma autêntica tensão entre os dois momentos é, sem dúvida, fecunda para o homem.

Parafraseando tudo isto com as palavras de Jacques Berger, na introdução do seu "O despertar dos mágicos", a primeira traição se deu quando alguém pintou o primeiro anjo com asas, porque é sobretudo com as mãos que se ganha o céu.

Mas, apesar da forte influência estóica e cultura européia se construiu mais sobre o aristotelismo. Suas grandezas e sua miséria são impregnadas de aristotelismo. A moral ocidental, a moral da Europa contemporânea é uma moral profundamente utilitarística: o valor se mede pelo proveito material que proporciona; e o idealismo de alguns dos seus filósofos modernos parece ressentir-se de um pessimismo congênito talvez por ter nascido não como modificação, mas como antítese do idealismo platônico.

O mundo moderno se move sob a influência desta filosofia inspirada na Barbárie antiga que surgiu para satisfazer a necessidade de oferecer uma justificação intelectual do amoralismo macedônico. Santo Agostinho tentou atrair a um platonismo cristão a geração do seu tempo, mas este esforço foi anulado pela escolástica e pelo aristotelismo - mesmo que genial - de São Tomás. De fato, durante a Idade Média, perdurou o contraste entre "vida contemplativa" e "vida ativa" como opostos entre eclesiásticos - aos quais era reservada a contemplação e a atenção às coisas espirituais - e leigos, que se ocuparam das coisas materiais. O "além" para uns, o "aquém" para outros.

No Renascimento, a dicotomia: teoria e praxis, se acentua ainda mais. O homem se descobre artífice da própria sorte, construtor de si mesmo e, por meio disto, acredita cegamente que também será o construtor dos outros.

Acredita que o desenvolvimento de cada um provocará um necessário crescimento de todos; mais, acredita que a descoberta do individualismo pessoal o levará a um individualismo social (nação) iluminado.

No entanto formula juridicamente e justifica teoricamen-

te os conceitos básicos do moderno amoralismo: lucro, propriedade privada, quebrando a unidade do homem, dividindo-o em: vontande e inteligência, sentimento e razão...

A filosofia se converteu em especulação teorética, incapaz de influir na orientação da conduta, de impor normas de moral' prática. No linguajar popular "ser filósofo" significa pôr de lado os escrúpulos para acumular vantagens. A noção de proveito suplanta a de virtude na direção da vida. Até mesmo a religião perde sua força normativa: dá-se cumprimento aos ritos, mas não se obedece às regras emanadas dos deuses para a orientação da vida, para purificar a conduta, para despertar na sua alma mesmo um esporádico anelo de sentidade.

Qualquer que se aproxime da doutrina platônica, que contém tantos elementos afins com certas tendências inatas, no espírito latino-americano, ou percorra de novo a senda da história grega, necessariamente pensará no que poderia ser o mundo moderno, se a filosofia e a religião em lugar de subsistirem como especulações de engenhosos e de eruditos, se manifestassem outra vez com forças normativas da vida e se resuscitassem no homem este terror sagrado que impede usar o conhecimento para o mal. Nenhuma outra idade da história recebeu tantas condições para alcançar o humanismo integral, dada a imensa grandeza a que chegou o gênio inventivo do homem moderno.

Infelizmente sua ciência está completamente despojada de todo conteúdo ético e em lugar de nos aproximarmos do divino, aprofundamos no demoníaco.

Julgamos as coisas dentro da visão ateniense, o mundo europeu de hoje é um mundo bárbaro, porque sua civilização se fundamenta na ruptura da moral e da ciência. Do conhecimento teórico, já não desce uma lei de bondade, de bem e de beleza da vida. Se o nosso Brasil se esforçasse em reestabelecer a unidade dos valores morais e intelectuais, bem poderia provocar a volta dos deuses e da alegria de viver. Voltaria na história o ciclo harmonioso do 'milagre brasileiro como um eco longínquo do milagre grego fundamentado na identificação do bem e do saber, sob um nome que já aparece gasto pela usura do tempo: virtude.

C O N C L U S Ã O

Quando, para resolver os próprios afazeres, alguém está acostumado a usar quotidianamente, o carro, dificilmente compreende e aceita que outros possam resolver o mesmo, usando o ônibus. Mutatis mutandis, o mesmo acontece com o historiador, particularmente com o historiador da lógica. Impressionado pelas técnicas do cálculo sentencial da moderna lógica, possuindo um conhecimento apenas superficial das formas lógicas do passado e julgando, mesmo sem querer, de um ponto de vista particular, corre sempre o risco de não entender ou sub-valorizar as demais formas lógicas.

Espero que isto não tenha acontecido neste trabalho, por ter deixado a impressão de dar maior valor à lógica estóica, porque pertence mais às categorias da lógica que melhor conheço.

É certo também que, ao aprofundarmos um assunto, cada vez mais ressaltam as qualidades do mesmo, tornando até fascinante a redescoberta de certos valores esquecidos ou enegrecidos pelo tempo; mas nem por isto a objetividade deve falhar. No caso desta dissertação, tenho a esperança de não ter caído nos dois erros apresentados, principalmente por dois motivos:

Em primeiro lugar, porque podemos aprender se uma lógica, no curso da história, progrediu frente a outra, somente pela história e neste sentido, pelo menos para o nosso estudo, não temos as mesmas condições como já disse na introdução.

Em segundo, porque as lógicas mais antigas não são simples antecipações das lógicas sucessivas, mas tratam dos mesmos problemas, ou de problemas análogos, embora de pontos de vista e modos' diferentes. Com outras palavras: falta-nos um critério objetivo ' de comparação.

Por isto, voltando à questão inicial: a lógica e a dialética são uma crise ou um prolongamento das lógicas anteriores (especialmente de Platão e Aristóteles)?

A resposta não é nitidamente sim ou não. Por um lado, com ' os estóicos assistimos a uma ruptura frente ao quadro aristotélico, por outro, podemos legitimamente sustentar uma continuação do mesmo. Assim, recolhendo as afirmações feitas ao longo dos capítulos poderíamos apresentar as seguintes colocações:

1. Pontos de ruptura

- A lógica estóica é uma lógica proposicional elaborada, autônoma, sistemática e exaustiva, enquanto a aristotélica' é uma lógica dos termos. Alguns teoremas eram já conhecidos, intuitivamente, por Aristóteles, mas faltou-lhe a clara consciência disso.

- O sistema lógico dos estóicos se fundamenta numa semântica bastante evoluida pois os mesmos afirmaram, de modo inequívoco, que o objeto da semântica não são as palavras' enquanto "fonê", sons, nem as imagens (fantásia), mas os conteúdos objetivos, "lectá".

- Os estóicos descobriram e analizaram os conetivos proposicionais formulando as combinações das tabelas da verdade' de modo correto e sobretudo discutindo os problemas que a implicação, como conetivo lógico, comporta dentro de um sistema completo.

- Elaboraram estas descobertas através de um método formalístico, porque acreditavam na relação inequívoca das formas verbais com os conteúdos (objetos), desenvolvendo, assim,

uma análise essencialmente sintática das proposições.

- Distinguiram claramente, na axiomatização, entre leis e metateoremas, ou se quisermos usar a linguagem moderna, entre axiomas e teoremas e, por conseguinte, entre regras de formação e leis.

- Atribuiram às estruturas lógicas (anapodíticos), que não são, em si, nem verdadeiras nem falsas, uma antoevidência que Aristóteles afirmava apenas dos princípios inteiramente verdadeiros.

- Rejeitaram a estrutura metafísica da substância como critério de referência, reconhecendo que o raciocínio tem caráter hipotético-implicativo. Com isto liberaram a verdade das proposições, em relação à estrutura lógica na qual estas mesmas proposições se encontram.

- Rejeitaram o conceito de verdade como a intuição de uma essência propondo a verdade como referência linguística a algo que existe, é aceito influência do homem.

- Descobrindo os esquemas lógicos dos argumentos, também atribuiram aos mesmos uma função linguística, porque quando estas estruturas estão associadas à proposições, adquirem um significado.

Estes são, a meu modo de ver, os principais pontos que constituem uma ruptura frente à lógica aristotélica e, como já afirmei, se constituem em alternativa para aquela; há, contudo, outros motivos que, em parte, podemos considerar como continuação das dialéticas anteriores, em particular da dialética platônica.

2. Pontos de continuação

- Não se pode afirmar que o pensamento lógico dos estóicos tenha se desenvolvido completamente fora da influência aristotélica. Ao contrário, parece que desenvolvem justamente as idéias que comparecem no último livro do "Organon". Em

contrários por exemplo uma formulação mais exata [illegible] usadas por Aristóteles na sua axiomatização.

- Também não se pode afirmar que desenvolveram a teoria dos silogismos hipotéticos independentemente da mesma teoria anteriormente proposta por Teofrasto, discípulo e continuador do Liceu de Aristóteles.

- Mais ainda. Em muitas formulações, apesar de tudo, Aristóteles depende ainda de motivos platônicos e esta dependência nota-se também nos estóicos. Quando por exemplo, Aristóteles pergunta:
A pertence a B?, parece procurar a essência - como Platão. A isto os estóicos opunham - a exemplo dos negáticos -: Como pode-se confutar o enunciado B? Isto, evidentemente, significa que, enquanto Aristóteles mantinha sua atenção voltada para os termos, eles olhavam as proposições, mas fundamentalmente o problema era o mesmo.

- A insistência sobre o caráter geral da dialética, que não se fundamenta em nenhuma sistematização e que, por isto mesmo, se configura como a doutrina unitária do pensamento lógico.

- Finalmente, o reconhecimento do caráter hipotético do raciocínio. Em particular esta última característica parece reintroduzir, na lógica, o caráter próprio da situação dialógica.

Mas, mesmo assim, a dialética estóica é uma ruptura também com a posição platônica, porque o interesse platônico de manter sempre aberta a possibilidade de busca, não se encontra na problemática estóica, que apenas procura algumas certezas inquestionáveis O caráter da dialética se torna rígido no sentido de que é a "scientia scientiarum" interessada somente em ilustrar os procedimentos necessários dos que se servem do saber; e justamente neste sentido de ciência das ciências, estudo dos aspectos formais do saber será transmitida, junto com a Aristotélica, à cultura posterior, suplantando o significado platônico.

B I B L I O G R A F I A

maioria das citações dos textos antigos foram tiradas de:

1. VOGEL, C.J. Greek Philosophy III The hellenistic - roman Period Ed. J. Brill. Leiden. 1959.

Quando contudo a tradução ficava pouco clara me amparei com as traduções de vários autores. Em particular de:

2. BOCHENSKI, J. La lógica formale. Torino. Ed. G. Einaudi. 1972.
3. MANCINI, G. L'etica stoica da Zenone a Crisippo. Padova, 1940.
4. MATES, C. Stoic logic. Berkeley, Univ. Calif. 1953.
5. MONDOLFO, R. O Pensamento antigo. S. Paulo. Ed. Mestre Jou. 1967.

Para uma visão geral do fenômeno estóico, os outros autores mais pesquisados foram:

6. ABBAGNANO, BOBBIO, CHIODI, GARIN, PAGI, VIANO. La evolucion de la dialéctica. Barcelona. Ed. Martinez Roca, 1971
7. ABBAGNANO, N. Storia della filosofia. Torino. Ed. Utet. 1963.
8. ARANGIO-RUIZ. Traduzione del sofista e commento. Bari. Ed. Laterza. 1951
9. ARAÚJO PENA, J. L. L. Etica e política. Brescia. Ed. Marcelliana. 1966.
10. BREHIER, E. Etudes de philosophie antique. Paris, P.U.F., 1955.
11. BREHIER, E. Historia de la filosofia. Buenos Aires. Ed. Sudamericana, 1948.
12. BROCHARD, V. Études de philosophie ancienne. Paris. Ed. J. Vrin 1954.
13. BURCKHARDT, J. Storia della cultura greca. Ed. Sansoni Firenze, 1955.

14. CALOGERO, G. Storia della logica antica. In I' età arcaica. Bari, Ed. Laterza, 1967.

15. CAPELLE, W. Historia de filosofia griega. Madrid. Ed. Gredos ' 1954.

16. CHEVALIER, J. Histoire de la pensée. Paris. Ed. Flammarion . 1.955.

17. COPI, Introduzione alla lógica. Bologna. Ed. Il Mulino. 1961.

18. CURTIS GIORDANI, M. História da Grécia. Petrópolis.Ed. Vozes . 1967.

19. DANIELOU, J. Teologia della storia. Ed. Morcelliana. Brescia.

20. DELLA VOLPE, G. Lógica come scienza storica. Roma. Ed. Riuniti 1969.

21. DES MAGALHÃES,VILHENA, V. La probleme de Socrate. Le Socrate historique et le Socrate de Platon. Paris, P.U.F. 1952.

22. FOULQUIÉ, P. La dialectique. Paris. P.U.F. 1959.

23. FRAILE, G. Historia de la filosofia. Madrid. B.A.C. 1956.

24. GLOTZ, G. Histoire Grecque, t.II, la grece au vº siécle avec la collaboration de R. Cohen. Paris. P.U.F. 1948.

25. GOLDMANN, L. La dialectique aujourd'hui, in "L'homme et la société", 19. 1971.

26. GOMBOSCHMIDT, V. Le sisteme stóicien et l'idée du temps. Paris.' Ed. J. Vrin, 1953.

27. GOMPERZ, T. Pensadores Griegos. Asunción, Ed.Guarania, 1951.

28. GONZALEZ, A.A. Manual de historia de la filosofia. Madrid. Ed. Gredos, 1957.

29. HIRSCHBERGER, J. Historia da filosofia na antiguidade. S. Paulo Ed. Herder, 1957.

30. JAEGER, W. Paideia. São Paulo, Ed. Herder, s.d.

31. KNEALE, W.C. e M. Storia della logica. Torino, Ed. Einaudi,1972

32. LALANDE, A. Dizionario critico della filosofia. Milano,Ed. Isedi, 1971.

33. LEON-DUFOUR, X. Dicionario bíblico. Ed. Queriniana, Brescia. 1961.

34. MASSOLO, A. La storia della filosofia como problema ed altri saggi. Firenze. Ed. Vallecchi, 1967.

35. MOURDE, P. Historia da educação. Ed. Nacional

36. MOUROUX, J. Sabedoria grega e paradosso cristiano. Brescia Ed. Morcelliana, 1961.

37. PACI, E. Il significato del Parmenide nella filosofia di Platone. Messina, Ed. Principato, 1938.

38. PASQUALI, G. La scoperta dei concetti etici nella Grecia antichissima, in Pagine stravaganti. Firenze, Ed. Sansoni , 1968.

39. PETIT, A. Studi sulla retorica stoica. Torino. Ed. Filosofia 1960.

40. POHLENZ, M. L' Uomo greco. Firenze. Ed. La nuova Italia.1967

41. POHLENZ, P.M. La morte degli eroi. Firenze. Ed. Sansoni 1975

42. POIRIER, A. FEUILLET, A. Introdução à Bíblia. São Paulo 5 vol Ed. Herder, 1967-1970.

43. POTIN, L. La pensée grecque. Paris. Ed. A. Michel, 1948.

44. POUILLOT, C. Etudes de philosophie grecque. Paris. Ed. J. Vrin 1957.

45. RUSSEL, B. História da filosofia ocidental. São Paulo, Ed.Nacional, 1967.

46. SARTORI, P. Histoire de la dialectique. Paris. Negel, 1947.

47. SANGUINETI, E. Ideologia e Linguaggio - Milano, Ed. Feltrinelli, 1965.

48. SCHAERER, R. L'homme antique et la estructure du monde intérieur. Paris. Ed, Payot, 1958.

49. SCIACCA, M.F., História da filosofia. Vol. I. Antiguidade e Idade Média. S. Paulo, Ed. Mestre Jou. 1962.

50. SICHIROLLO, I. Dialética. Milano, Ed. Isedi, 1973.

51. SNELL, B. La cultura greca e le origini del pensiero europeo Torino, Ed. Einaudi., 1963.

52. TOYNBEE, A. Helenismo, história de uma civilização. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1969.

53 - VIANO, C.A. La Logica di Aristotele. Torino. Ed. Taylor, 1.955.

54 - WEIL, E. La logica nel pensiero Aristotélico. in Filosofia e rolítica. Firenze. Ed.Vallecchi, 1965.

55 - WENLEY, R.M. El estoicismo e su influencia. Buenos Aires. Ed. Nova. 1948.

56 - ZELLER, E. La fisosofia dei greci nel suo sviluppo storico. Firenze. Ed. La nuova Italia. 1951.